



CÂMARA DOS DEPUTADOS.

**Comissão Especial sobre o Sistema Portuário Brasileiro  
(PL 733/2025)**

**04-EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 733/2025**

*Emenda que propõe modificação ao texto do Inciso VI do Art.4º do PL 733/2025 que dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.*

"Art. 4º A exploração dos portos públicos e privados, bem como a atividade de operação portuária, com o objetivo de aumentar a competitividade e promover o desenvolvimento do País, deverão seguir as seguintes diretrizes:

[...]

*VI – estímulo à concorrência, por meio do incentivo à participação do setor privado e da garantia de amplo acesso aos portos públicos e privados, bem como às instalações e atividades portuárias;"*

**J U S T I F I C A Ç Ã O**

A modificação proposta ao inciso "VI – estímulo à concorrência, por meio do incentivo à participação do setor privado e da garantia de amplo acesso aos portos públicos e privados, bem como às instalações e atividades portuárias;" busca assegurar a efetiva aplicação do princípio da isonomia e promover a competitividade justa no setor portuário brasileiro.

A redação original do inciso reforça a garantia de amplo acesso exclusivamente aos portos públicos, algo que já é inerente à sua natureza pública e à sua função social. No entanto, exclui explicitamente os portos privados da mesma prerrogativa, o que contraria o equilíbrio competitivo que deve nortear o setor. Observa-se, na prática, que terminais de uso privado frequentemente erigem barreiras ao acesso às suas instalações, limitando a utilização por determinados usuários e comprometendo o conceito de Facilidade Essencial (Essential Facilities). Este conceito, consagrado nos Arts. 7º e 13º da Lei nº 12.815/2013, determina que portos, sejam públicos ou privados, devem atuar de maneira acessível e não discriminatória.

Ao incluir expressamente os portos privados na garantia de amplo acesso, busca-se mitigar práticas que favoreçam a restrição ou discriminação de usuários, promovendo a transparência e a equidade nas operações portuárias. Essa medida visa assegurar um ambiente regulatório equilibrado, incentivando uma concorrência saudável entre os agentes do setor e alinhando-se ao interesse público de eficiência logística e desenvolvimento sustentável.



Ademais, a inclusão também reforça o compromisso com os pilares da competitividade e da integração dos atores do setor, promovendo a harmonização entre os interesses públicos e privados e ampliando as condições para um crescimento econômico equilibrado e inclusivo.

Por fim, a alteração contribui para a modernização do marco regulatório, alinhando-o com as melhores práticas internacionais, e demonstra o compromisso do Brasil em consolidar-se como um dos principais players no comércio global.

Sala da Comissão,      de agosto de 2025

